

Orçamento não programa pagamento da dívida

por Maria Beatriz Foyzky
de Fortaleza

O orçamento do Estado do Ceará para o ano que vem foi feito com base nos dados de junho de 1988 e montado a preços constantes, havendo, portanto, segundo o secretário estadual de Planejamento, Byron Queiroz, flexibilidade para que em janeiro de 1989 o orçamento passe por uma revisão automática nos cálculos.

"O número global do orçamento é de CZ\$ 404 bilhões, o que representa um aumento real da ordem de 40% em relação ao deste ano", afirma Queiroz. Entre a rolagem de dívidas e a contratação de novos empréstimos, o Ceará deverá desembolsar no próximo ano CZ\$ 137 bilhões, ou seja, CZ\$ 48 bilhões equivalem a novos empréstimos e CZ\$ 89 bilhões, à rolagem da dívida. Isso significa, de acordo com o secretário, que o orçamento prevê a rolagem de 100% da dívida estadual, que deverá ser recontratada.

Queiroz espera que os governadores dos estados que assumiram uma posição semelhante à do Ceará consigam, em conjunto, "explicar o problema aritmeticamente ao governo federal, que sabe das contas mas não está atento a elas". Entre as receitas próprias e a verba do Fundo de Participação dos Estados, o Ceará deverá recolher cerca de CZ\$ 122 bilhões no ano que vem, contando, além disso, com mais CZ\$ 53 bilhões provenientes de receitas da administração indireta. De acordo com Queiroz, 100% das despesas do estado serão cobertas por recursos próprios, estimando-se que ainda sobre uma parcela de 15% de reservas, que serão destinadas a investimentos. O orçamento inclui, ainda, um montante de CZ\$ 93 bilhões de convênios.

"Nossa filosofia é a de fazer um grande número de pequenos projetos de investimento visando à melhoria social, sendo que a verba para a educação será de 25%, e 7% vão para a saúde", explica o secretário. Segundo ele, a idéia é de que os grandes projetos, como a exploração da jazida de urânio e fosfato de Itataia, e o Metrofor — metrô de superfície de Fortaleza, sejam feitos com capital de terceiros.

Domingo

Quarta "Operação Desmonte", Queiroz espera que "a argumentação política leve o governo federal a racionalizá-la". O impacto da operação, diz ele, "não seria tão grande caso não houvesse um descompasso entre a transferência de encargos aos governos estaduais e a possibilidade de angariar receitas. O que não pode acontecer é antecipar os encargos enquanto as receitas não passam de expectativas", argumenta o secretário.